



NOTA EDITORIAL

Caro leitor, é sempre um prazer disponibilizar-lhe as actualizações sobre o trabalho que desempenhamos!

No dia 10 de Julho, a Associação das Empresas Moçambicanas de Consultoria (AEMC) participou do 1º Fórum de Engenheiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), cujo tema principal foi “Mobilidade de Engenheiros no Espaço dos PALOP”. O evento teve lugar no Montebelo Indy Congress Hotel, na Cidade de Maputo, durante quatro dias, de 10 a 13 de Julho. Seu principal objectivo era promover o conhecimento mútuo das organizações que representam os engenheiros em cada país integrante do grupo, facilitar o reconhecimento profissional e criar condições para a mobilidade dos profissionais no espaço dos PALOP.

É impossível buscar as melhores soluções para os desafios sociais e ambientais em Moçambique sozinhos, ou seja isolados. É importante trabalhar-se em conjunto, em harmonia, num espírito democrático e transparente. As diferentes equipas da Verde Azul, ao longo do país, assumem este princípio em todo o trabalho de base que fazem. Por exemplo, no dia 27 e 28 de Julho, a Verde Azul, participou na elaboração do Relatório sobre a Reunião do Comité Técnico da Declaração de Miombo. Este evento contou com a participação de 63 participais, dentre eles 10 delegações dos países signatários da declaração, equipa de pesquisadores da Rede de Miombo, Secretariado da SADC, representantes e técnicos de nível provincial e central do Ministério de Terra e Ambiente, Ministério de Recursos Minerais e Energia, Ministério da Saúde, FAO, IUCN, Banco Mundial (BM) entre outros convidados.

No passado dia 15 de Agosto, a Verde Azul participou num evento de mesa redonda intitulado “Transparência e Responsabilização na Gestão e Administração de Terras”, alusivo ao processo de consulta pública á proposta de ante-projecto da Lei de Terras, o evento contou com a participação de mais de 50 participantes de várias organizações nacionais e internacionais e registou intervenções de interesse para o desenvolvimento da Proposta de Ante-Projecto da Lei de Terras.

Votos de uma óptima leitura!

Processo de Consulta Pública á Proposta de Ante-projecto da Lei de Terras

Mesa Redonda: Transparência e Responsabilização na Gestão e Administração de Terras

No passado dia 15 de Agosto de 2023, pelas 8h30 até ás 12h00 na Sala de Conferências do Programa SPEED, em Maputo, realizou-se o evento Mesa Redonda: Transparência e Responsabilização na Gestão e Administração de Terras, este evento contou com acesso remoto e participação virtual a partir do link meet.google.com/ust-vvna-get e teve como moderador, Kemal Vaz, Director Geral da Verde Azul Consult, Lda., contou com Edson Cortez, Director do Centro de Integridade Publica(CIP), como orador principal e como membro do Painel Gilda Munguambe do Centro de Aprendizagem e Capacitação Publica (CESP).

No âmbito do processo de consulta pública á Proposta de Ante-Projecto da Lei de Terras, o Ministério da Terra e Ambiente, no quadro legal de terras prevê uma boa-gov-

ernação da terra através de uma eficaz e eficiente gestão e administração que promove e assegura a participação dos diferentes actores estatais e não estatais aos diferentes níveis de tomada de decisões, incluindo na regulação, fiscalização, controlo e prestação de contas, que incidam sobre o regime de acesso, uso e aproveitamento e posse da terra, bem como, de gestão e administração da terra e outros recursos naturais.

Similarmente, o esboço do Ante-projecto de revisão da Lei de Terras prevê diferentes instrumentos e instituições/órgãos/fóruns (ex: Fórum de Consulta sobre Terras, Autoridade Nacional de Gestão e Administração de Terras, Cadastro Nacional de Terras, entre outros) para a governação de terras.

Transparência e Prestação de Contas são elementos fundamentais numa boa gov-

ernação de terras - conceito amplo que abrange vários processos de gestão e administração publica. Os princípios relevantes da boa governação de terras por regra requerem modelos de administração pública robustos e interoperáveis com outros sistemas de governação.

A administração fundiária através do Cadastro Nacional de Terras deve integrar com propriedade e inequivocamente o estado do património Terra (urbana e rural) em tempo real. Hoje os sistemas analógicos estão já ultrapassados e vão sendo substituídos nos últimos 20 anos por sistemas digitais.

No sector de terras desde os anos 2000 com a necessidade de aumentar massivamente a regularização da terra surgiram os primeiros sistemas digitais tais como LAHS (Land Application Handling System), o LIMS

Processo de Consulta Pública á Proposta de Ante-projecto da Lei de Terras

Mesa Redonda: Transparência e Responsabilização na Gestão e Administração de Terras (cont.)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE
COMISSÃO DE SELEÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS

TRANSPARENCIA

MESA REDONDA | **TRANSPARENCIA E RESPONSABILIZAÇÃO NA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE TERRAS**

FACILITADOR: KEMAL VAZ (DIRECTOR GERAL DA VA)

ORADOR: EDSON CORTES (DIRECTOR DO CDT)

PARTICIPANTE: GILDA MUNDUWANE (JESSE)

15 DE AGOSTO, 2023
08:30-12:00

Sala de Conferências do Programa SPEED
Av. Marginal, Torres Rani R/C, Maputo
(adjacente ao banco ABDA)

Participação virtual a partir do LINK:
meet.google.com/azs-wnm-ssk

PARCEIROS: FNDS, USAID, UNICEF

(Land Information Management System) e nos últimos anos o desenvolvimento do SIGIT (Sistema de Gestão da Informação de Terras). No entanto moçambique ainda vive um híbrido entre o analógico e o digital na gestão do CNT. Os desafios da transição digital no CNT são vários mas devem ser discutidos e aflorados nesta revisão legal.

A futura Lei de Terras deve conter capítulos sobre transparência e prestação de contas. Mais concretamente, muito discutido é a falta de transparência na aquisição do DUAT, gestão de conflitos, tomada de decisões, adjudicação de direitos, cobrança de taxas e receitas, monitoria dos planos de exploração, alocação de terras a projectos de investimento assim como necessidade de reservas para legado nacional (aumento demográfico), reservas do estado prestação de contas. Não menos importante nesta discussão é a contextualização da influência do poder político no processo de gestão e administração de terras, contribuindo ainda mais nas ineficiências no sistema de gestão aumentando o tempo, o custo e a burocracia no processamento dos DUATs.

Os grandes projectos de investimento não podem sobrepor-se aos fundamentos legais e direitos que a lei confere aos primeiros ocupantes, ocupantes de boa fé, e direitos consuetudinários.

Durante esta mesa redonda aflorou-se o afastamento da realidade e das práticas correntes com o postulado na lei. Há a necessidade de tratar a terra como um bem transaccional seguindo as práticas tanto ao nível rural como urbano. Que a fragilidade do estado também está reflectida na gestão fundiária nacional. Que a transparência e prestação de contas ainda não fazem parte

da tradição dos nossos sistemas de governação. Que deve estar bem patente na revisão, os artigos que tomam em conta o que foi o debate da mesa redonda. Contemplar por exemplo a ligação entre a planificação comunitária (Planos Comunitários do Uso da Terra – PCUT) feita de forma sistemática com os planos distritais de uso da terra. Contemplar a introdução do conceito de leilões de projectos (não de terras) onde o Estado aparece com os planos de terra disponíveis para os vários tipos de investimento consoante a aptidão dos solos e as vontades comunitárias. Podem ser mesmo terras para fomento da floresta, da fauna, da mineração, da agricultura, energia, etc. O projecto de investimento mais atractivo pode ser escolhido entre as muitas propostas de investimento. Leilões deste tipo já são feitos em outros sectores como o da Energia (energia solar e eólica).

O evento profissional contou com mais de 50 participantes de várias organizações nacionais e internacionais e registou intervenções de interesse para o desenvolvimento da Proposta de Ante-Projecto da Lei de Terras.

[LER ARTIGO ONLINE](#)

Relatório sobre a Reunião do Comité Técnico da Declaração de Miombo

A reunião do Comité Técnico da Declaração de Miombo decorreu nos dias 27 e 28 de Julho de 2023, no Hotel Avenida em Maputo, a Verde Azul moderou, facilitou e redigiu a síntese deste encontro regional e contou com a participação de 63 participais, dentre eles 10 delegações dos países signatários da declaração, equipa de investigadores da Rede de Miombo, Secretariado da SADC, representantes e técnicos de nível provincial e central do Ministério de Terra e Ambiente, Ministério de Recursos Minerais e Energia, Ministério da Saúde, FAO, IUCN, Banco Mundial (BM) entre outros convidados. Dos países signatários, não se fez presente a República Democrática do Congo. A reunião decorreu em dois dias, sendo que o primeiro dia foi reservado para os discursos

de abertura, apresentação dos objectivos do encontro, apresentação do Panorama da investigação e Programas de pesquisa actuais e futuras na região do Miombo, apresentação da Estratégia de Gestão Florestal da SADC e sua contribuição para o Maneio Sustentável e Integrado do Miombo, trabalhos em grupo para a identificação das necessidades de investigação de acordo com a Declaração de Maputo. O segundo dia foi reservado para a apresentação dos planos bienais dos países signatários da declaração, excepto de Angola e do Zimbabwe que não apresentaram. De seguida, foram apresentadas e debatidas duas propostas, nomeadamente: (i) Estatutos do Comité Técnico e Ministerial, e (ii) Termos de Referência para Elaboração da Estratégia de Comuni-

cação da Declaração do Miombo. A reunião do dia 28 foi encerrada pelo Inspector do MTA, o Eng. Wetela Jone, tendo começado por agradecer a todos os participantes, em especial para o Moderador e ao Banco Mundial pelo apoio. Falou dos objectivos da realização da reunião e convidou a todos os intervenientes a reflectir e apresentar propostas para melhoria da proposta de Regulamento do funcionamento do comité técnico de miombo e outros documentos que foram apresentados.



AEMC Participa do 1º Fórum de Engenheiros dos PALOP

No dia 10 de Julho do corrente ano, a Associação das Empresas Moçambicanas de Consultoria (AEMC) participou do 1º Fórum de Engenheiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), cujo tema principal foi “Mobilidade de Engenheiros no Espaço dos PALOP”. O evento teve lugar no Montebelo Indy Congress Hotel, na Cidade de Maputo, durante quatro dias, de 10 a 13 de Julho. Seu principal objectivo é de promover o conhecimento mútuo das organizações que representam os engenheiros em cada país integrante do grupo, facilitar o reconhecimento profissional e criar condições para a mobilidade dos profissionais no espaço dos PALOP. A Verde Azul é actualmente membro e Vice-Presidente da AEMC.

Em representação da AEMC, a Eng.ª Sarifa Izidine, presidente da associação, partilhou com os participantes a situação actual do ambiente de negócios da consultoria em Moçambique. Durante a sua apresentação, salientou que as empresas de consultoria têm enfrentado vários desafios, como atrasos no pagamento de facturas, fraca transparência na avaliação dos concursos públicos e a subvalorização do conteúdo local, apesar da existência de competências locais. Para melhorar o ambiente de negócio e criar mais oportunidades para as empre-



sas de consultoria, a Eng.ª Sarifa Izidine destacou que a AEMC colabora com a Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições (UFSA), Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), Confederação das Associações Económicas (CTA) e outras entidades ligadas ao sector empresarial. Para além disso, a presidente anunciou que a associação está em busca de parcerias e recursos financeiros para capacitar as empresas locais segundo a norma ISO 9001, bem como oferecer outras formações para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Com o propósito de impulsionar a participação nacional em grandes projectos, a Eng.ª Sarifa Izidine defendeu a necessidade

de estabelecer parcerias estratégicas com empresas internacionais por meio de “joint ventures”, com o objectivo de promover a transferência de tecnologia e fortalecer o empresariado local.

Importa referir que o evento foi promovido pela Ordem dos Engenheiros de Moçambique, que tem como principal objectivo regular a actividade de engenharia no país, através do registo, certificação e do exercício da acção disciplinar e de controlo sobre os profissionais do ramo.

São membros dos PALOP Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial.

[LER ARTIGO ONLINE](#)

Serviços de Consultoria Independente para a Garantia de Qualidade do Processo de Regularização da Terra e apoio à Implementação dos Aspectos de Salvaguardas Sociais e Ambientais e de Mecanismos de Resolução de Conflitos

O Manual de Controlo de Qualidade de Salvaguardas Sociais e Ambientais, produzido pela Verde Azul, enquadra-se na iniciativa do Governo de Moçambique, Terra Segura com o apoio da Associação Internacional para o Desenvolvimento (Grupo Banco Mundial), que conceberam o Projecto MozLand (Terra Segura), e cuja meta é de regularizar dois milhões de DUATs e delimitar mil e duzentas áreas ocupadas pelas comunidades locais em setenta e um distritos seleccionados, contribuindo assim para a meta global no âmbito da implementação do Programa Terra Segura.

O Programa Terra Segura teve início em 2015, através de diferentes iniciativas, sendo considerada uma abordagem inovadora baseada na harmonização metodológica

entre ordenamento territorial, delimitação das áreas ocupadas pelas comunidades e a regularização das ocupações de terras individuais e colectivas focalizado para as zonas rurais. O Projecto MozLand visa também o apoio de forma proactiva e privilegiada, o registo e regularização de terras ocupadas por mulheres e grupos vulneráveis ao nível das comunidades.

A sua implementação reveste-se de outra particularidade, i.e. embora inicialmente o mapeamento cadastral fosse realizado através dos serviços de cadastro, hoje a actividade é totalmente terceirizada através da contratação de provedores de serviço autorizados e licenciados para desenvolver a actividade de agrimensura ajuramentada e a delimitação de terras das comunidades.

Os provedores de serviço contratados pelo Governo no âmbito do Terra Segura, adoptam e seguem a metodologia desenvolvida pelo Governo (Diploma Ministerial nº 2/2020 de 21 Janeiro), que visa harmonizar os procedimentos técnicos, legais e administrativos a serem observados em todos os processos de delimitação, registo e regularização das áreas ocupadas por pessoas singulares nacionais e comunidades locais seguindo as normas e práticas costumeiras e que de boa-fé utilizam a terra há pelo menos 10 anos.

Esta metodologia é considerada a ferramenta padrão a ser adoptada e seguida por todas as entidades governamentais, de nível central, provincial, distrital, e autoridades locais, provedores de serviço, paralegais,

Serviços de Consultoria Independente para a Garantia de Qualidade do Processo de Regularização da Terra e apoio à Implementação dos Aspectos de Salvaguardas Sociais e Ambientais e de Mecanismos de Resolução de Conflitos (cont.)

organizações da sociedade civil e demais instituições envolvidas no processo DELCOM e RDUAT em Moçambique.

Destacar que a Metodologia de DELCOM e RDUAT, aplica-se a todos os processos de delimitação, registo e regularização dos direitos de uso e aproveitamento da terra das áreas ocupadas pelas comunidades locais de acordo com as normas e práticas costumeiras, nas zonas rurais. Aplica-se igualmente aos processos de registo e regularização de DUAT's dos prédios rústicos e urbanos localizados nas autarquias locais, sem Serviços Públicos de Cadastro, com as necessárias adaptações tendo em conta a legislação especial e as respectivas posturas, no que não contrariem a Lei.

Contudo, a nova Metodologia, introduz dois conceitos inovadores, de boas praticas, contribuindo para uma maior sustentabilidade dos processos DELCOM e RDUAT, uma maior adesão e participação do público alvo, nomeadamente primeiro, através das Salvaguardas, como mecanismos de integração dos aspectos ambientais e sociais no processo de tomada de decisões e implementação das atividades no processo DELCOM/RDUAT e contribuem para abordagens participativas e transparentes para uma maior responsabilidade social. Estes mecanismos

oferecem instrumentos especializados para apoiar o processo de desenvolvimento e melhorar a qualidade dos resultados.

As salvaguardas visam minimizar impactos ambientais e sociais negativos dos programas e proteger os interesses de beneficiários e terceiros, principalmente os mais vulneráveis, bem como melhorar a tomada de decisão participada.

A segunda inovação está associada a mais uma função, para além das anteriores, que confere maior transparência, sistematização e fiabilidade dos dados e informação, resultantes da implementação dos processos e passos estabelecidos pela Metodologia, no que respeita à delimitação das áreas ocupadas pelas comunidades, e registo e regularização dos direitos de posse de terras, instituindo o Controlo de Qualidade. O Controlo de qualidade de dados visa garantir a qualidade dos dados e dos produtos a serem entregues, tendo em conta os padrões e métodos estabelecidos, e acordados contratualmente e será medido para verificar a conformidade dos aspectos relacionados com a qualidade de dados recolhidos em campo e no gabinete.

Dado que são aspectos inovadores, assim como a própria Metodologia (Diploma Ministerial nº2 / 2020 de 21 Janeiro), e da

necessidade de se construir o sistema em si, foi decidido que esta responsabilidade seria terceirizada, através da contratação da empresa ou firma consultora provedora de serviços, mediante selecção por Concurso Público. O Provedor de Serviço contratado constitui a Entidade Independente para a Garantia de Qualidade do Processo de Regularização de Terra e Apoio à Implementação dos Aspectos de Salvaguardas Sociais e Ambientais e de Mecanismos de Resolução de Conflitos, abreviadamente designada de IPQA.

A Verde Azul Consult Lda, teve o privilégio de ter sido a consultora contratada como a Entidade Independente para Garantia de Qualidade do Processo de Regularização da Terra e Apoio à Implementação dos Aspectos de Salvaguardas Sociais e Ambientais e de Mecanismos de Resolução de Conflitos (IPQA), no contexto da implementação da Fase I do MozLand (Terra Segura) ao abrigo do Contrato No. 75/MLAND/CS/2021-1, com a duração de 17 meses decorridos entre 25 de Novembro de 2021, e 25 de Abril de 2023, e por conseguinte, pioneira desta actividade no contexto geral do Projecto MozLand.

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO

Kemal Vaz

REDAÇÃO E REPORTAGEM

Verde Azul, Consult, Lda.

DESENHO GRÁFICO E LAYOUT

Bruno Dias

COLABORAÇÃO

Mário Ruy Marques
Hanif Adamo

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ONLINE

www.verdeazul.co.mz

Rua Fernando Ganhão, n. 110
Maputo – Moçambique

Tel: +258 (21) 486 214 / (+258) 82 3056330

info@verdeazul.co.mz



Pense como Terra

O meio ambiente é onde todos nos encontramos; onde todos temos um interesse mútuo, é a única coisa que todos nós compartilhamos.



Verde Azul Consult Lda • Rua Fernando Ganhão, 110 • Maputo , Moçambique

Tel.: + 258 21 486214 / +258 82 3056330 • www.verdeazul.co.mz • E-mail: info@verdeazul.co.mz